



PLANO DE AULA
Componentes Curriculares 2022

IDENTIFICAÇÃO		
Componente Curricular: Fundamentos e Prática da Educação Inclusiva- DEP 00016		
TURNO/TURMA: Noturno	Dia: 6N1234	PERÍODO: 3º Período
Status: Obrigatória	Carga Horária: 80 horas	Créditos: 04
Período Letivo: 2022 referente ao 2º semestre de 2021/2		Período de Aulas: 25/04 a 09/08/2022
Número de Discentes a Serem Atendidos: até 50 alunos		
Docente(s): Fernanda Emanuele Souza de Azevedo		
EMENTA		
Fundamentos teóricos e legais para educação inclusiva; principais conceitos em educação inclusiva; análise das alternativas pedagógicas (Programas e Ações nas esferas Federal, Estadual e Municipal) formalizadas para o atendimento educacional dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais; a construção de um sistema educacional inclusivo; estudo; adaptações curriculares; princípio da normalização e da inclusão; reestruturação da escola: formação docente: nova práxis; educação inclusiva: conceito e origens históricas do paradigma aplicado à educação inclusiva; o contexto da educação especial e o paradigma da educação inclusiva; das necessidades educativas especiais à diversidade; a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais; a inclusão até e após a declaração de Salamanca e suas implicações educacionais; currículo, cultura e aprendizagem; fundamentos para uma pedagogia da educação inclusiva; a dimensão teórica do trabalho de inclusão; um novo currículo para a formação docente para a educação inclusiva; a prática pedagógica na educação especial e na educação inclusiva.		
OBJETIVOS		
GERAL Conhecer os pressupostos históricos, teóricos e metodológicos da Escola Inclusiva, seus fundamentos legais e políticos e a caracterização do alunado atendimento bem como suas formas de atendimentos e as ações pedagógicas envolvidas em todo esse processo.		
ESPECÍFICOS <ul style="list-style-type: none">• Analisar todo processo histórico em relação à inclusão, desde os povos antigos das grandes civilizações até os dias atuais;• Conhecer a evolução dos conceitos, terminologias, concepções e práticas de inclusão no Brasil;• Analisar de forma crítica os métodos de inclusão a partir de vivências, documentários e relatos de experiências de pessoas com necessidades educativas especiais;• Compreender a importância das legislações, projetos e políticas públicas nesse processo;• Visualizar a importância dos movimentos sociais para a aplicação de todo o processo de inclusão;• Identificar os sujeitos do processo de inclusão, compreendendo cada necessidade educativa especial;• Saber diferenciar a educação especial da educação inclusiva.• Conhecer e identificar o público-alvo atual da educação especial (deficiência física, intelectual, visual, auditiva e múltiplas, os transtornos do espectro autista e as altas habilidades e superdotação);• Identificar as possíveis maneiras e formas de atendimento a esse público alvo, como o AEE (atendimento educacional especializado), entre outros;• Compreender e identificar estratégias, métodos, adaptações, materiais de suporte específico, tecnologias assistivas, entres outros recursos para atendimento educacional especializado;		



- Refletir acerca dos fundamentos e práticas do processo de inclusão nas escolas;

METODOLOGIA

As aulas serão desenvolvidas de forma interativa buscando a participação qualitativa, reflexiva e crítica dos alunos no desenvolvimento das atividades. Utilizaremos as estratégias a seguir: problematização, aulas expositivas participativas, leituras críticas de textos indicados na bibliografia, fichamentos, atividades em grupo, técnicas de sensibilização e inclusão, estudo de caso, visitas a instituições que prestam atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, palestras relacionadas aos temas estudados, vídeos e filmes educativos relacionados aos assuntos em estudo, produção de textos individual e grupal, elaboração e apresentações de relatórios/trabalhos escritos/orais em grupo e/ou individuais. Contribuindo sempre com a formação teórico-científica, sócio-política e filosófica, de cada aluno para ser futuramente um docente ético e com qualificações específicas de forma crítica e reflexiva em instituições escolares e outros espaços educativos perante as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, desenvolvendo processos investigativos e avaliativos, produzindo conhecimentos na direção de uma práxis educativa emancipadora, sabendo conviver, cooperar e respeitar a toda e qualquer diversidade.

TÉCNICAS

Problematização;

Aulas expositivas participativas;

Pesquisas bibliográficas;

Leitura e estudo do material bibliográfico;

Leituras críticas de textos indicados na bibliografia

Atividades individuais e coletivas;

Técnicas de sensibilização e inclusão

Discussões em Seminários sobre as NEE;

Debates;

Estudo de caso;

Visitas a instituições que prestam atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais;

Palestras relacionadas aos temas estudados;

Vídeos e filmes educativos relacionados aos assuntos em estudo;

Produção de textos individual e grupal;

Elaboração e apresentações de relatórios;

Trabalhos escritos;

Trabalhos orais em grupo e/ou individuais

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 – Conceito e Histórico da Educação Especial

1.2- Processo histórico em relação à inclusão, desde os povos antigos das grandes civilizações até os dias atuais;

1.3-Evolução dos conceitos, terminologias, concepções e práticas de inclusão no Brasil;

1.4-As legislações influenciadoras a respeito da inclusão, projetos e políticas públicas nesse processo;

1.5 - Políticas e diretrizes, tendências e desafios da educação especial e da educação Inclusiva.



2 – CARACTERIZAÇÃO DO ALUNADO ATENDIDO PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1. Conceituação, características, causas, prevenção e ação pedagógica em relação às seguintes necessidades especiais:

2.1.1. - Altas habilidades

2.1.2. – Transtornos do Espectro Autista

2.1.3. - Deficiência: intelectual, visual, auditiva, física, múltiplas.

3 - ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1 - A prática da educação inclusiva na escola e outros espaços educativos: princípios, currículo, metodologia e avaliação. A participação da família.

3.2 - O AEE (atendimento educacional especializado) entre outros atendimentos e adaptações escolares;

3.3- As estratégias, métodos, adaptações, matérias de suporte específico, tecnologias assistivas, entres outros recursos para atendimento educacional especializado;

3.4 - Construção de uma comunidade inclusiva: desafios e perspectivas.

Critérios de Avaliação:

A avaliação do processo de ensino aprendizagem acontecerá de maneira dialógica, oportunizando momentos de reflexão tanto para o acadêmico, quanto para o docente. O objetivo desses momentos de reflexão da ação é de analisar aspectos negativos e positivos do processo com propósito de melhorias do mesmo.

A avaliação contemplará as dimensões:

Diagnóstica

Realizada a partir do levantamento prévio do perfil dos acadêmicos, suas trajetórias pessoais, suas expectativas em relação à disciplina e suas vivências pessoais. Neste primeiro momento, buscará um quadro geral de possibilidades de desenvolvimento da disciplina, de acordo com a realidade apresentada pelos acadêmicos.

Formativa

Será desenvolvida ao longo do semestre a partir da análise do progresso dos acadêmicos frente aos conteúdos propostos, visando adequar conteúdos, realocar interesses, articular saberes e possibilitar o mapeamento das condições de assimilação dos objetivos traçados para a disciplina.

Somativa

Será levado em consideração o percurso desenvolvido pelo acadêmico ao longo da disciplina, sua participação, suas iniciativas, seu envolvimento nos trabalhos propostos, sua efetiva assimilação dos conteúdos e sua dimensão crítica sobre os temas discutidos.

Assim, consideraremos alguns critérios como:

- Participação em aulas;
- Realização das atividades orais e escritas;
- Pontualidade na entrega dos trabalhos propostos;
- Capacidade de realizar atividades em grupo;
- Fidelidade dos textos produzidos com o conteúdo trabalhado;



- Estética e apresentação visual dos trabalhos;
- Atendimento às normas e regras de elaboração e estruturação dos trabalhos;

Instrumentos de avaliação:

- Textos escritos (relato de experiência, relatórios descritivos, fichamento, resenhas, resumos, esquema de texto ou mapa textual, atividade de perguntas e respostas reflexivas.);
- Apresentação oral de trabalhos;
- Seminário;
- Autoavaliação;

Formas de Avaliação

Avaliação escrita: (produção de textos a partir dos temas estudados e constará de 30% do total avaliado)

1ª atividade escrita: Construção de um texto reflexivo sobre os temas estudados no qual será considerada a exatidão na apropriação de conceitos e respectivas análises (individual);

- O que é inclusão? Perfazendo valor quantitativo de **até 0,50**.

2ª atividade escrita: Elaboração de um mapa textual\conceitual ou esquema de texto a partir dos estudos conceituais (em grupo), perfazendo valor quantitativo de **até 10**.

-Sobre o processo histórico da inclusão.

3ª atividade escrita: Perguntas e respostas sobre processo histórico da Inclusão, perfazendo valor quantitativo de **até 0,50**. (Em dupla)

4ª atividade escrita: Resenha de um filme: - O Milagre de Anne Sullivann;

- Meu pé esquerdo;

- Azul como o Céu; Entre outros, perfazendo valor quantitativo de **até 10**.

Seminário: parte escrita e apresentação: 30% Apresentação dos conhecimentos adquiridos sobre as Necessidades Educativas Especiais. Cada grupo de até 4 alunos receberá um tema dentre os 7 apresentados:

- Deficiência Física;

-Deficiência Intelectual;

- Deficiência Visual;

- Deficiência Auditiva;

-Deficiência Múltiplas;

- Transtorno do Espectro Autista;

- Altas Habilidades e Superdotação.

Perfazendo valor quantitativo de **até 30**.

A partir desses conhecimentos do seminário cada grupo escolherá uma das NEE apresentadas para um estudo de caso, perfazendo valor quantitativo de **até 30**, que no final da disciplina será apresentado como relatório para a atividade de 30 horas (PCC). Valendo 30%

Atividades realizadas em sala de aula e atividades complementares: 10% serão computadas todas as atividades que forem produzidas em sala de aula, bem como aquelas entregues na data prevista. Será contínua, valorativa de todas as atividades relativas à disciplina, privilegiando a qualidade da produção do conhecimento, a reflexão, a criticidade, o comportamento ético e o envolvimento do/a acadêmico/a no trabalho pedagógico. Será dada grande importância à prática da leitura e produção escrita. Desta a forma a leitura dos textos apresentados e oferecidos ao longo da disciplina contará no valor final. Haverá participação dos acadêmicos no processo avaliativo do trabalho pedagógico, perfazendo valor quantitativo de **até 10**. Sendo realizada também uma autoavaliação.



PCC – PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (Atividade de 30 horas)

A atividade de prática como componente curricular se desenvolverá a partir de uma interação com uma escola que atenda alunos com NEE ou em instituição de educação especial, para elaboração de um relatório analítico, crítico e fundamentado nos referenciais teóricos disponibilizados no decorrer das aulas. Entrevistando o aluno quando possível, a família e os professores da sala, de AEE, e cuidador ou intérpretes se tiver. Este estudo de caso será embasado na escolha de cada grupo frente ao que foi estudado no seminário sobre as NEE, complementando assim a teoria com a prática.

CRONOGRAMA

Data	Horário		Descrição
	Início	Final	
29/04/2022	18:50	22:45	Aula de apresentação da disciplina. Apresentação do plano, material e do cronograma de trabalho para ser desenvolvido nas aulas e Combinados com a turma Atividade Individual- O que é Inclusão? Tema: Incluir quem? Para que? E Por quê? –Elizabeth Tunes Atividades Avaliativas e participativas.
06/05/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Conceituando a Deficiência Roda de Conversa – O que é Deficiência? Aula Expositiva- slides Trabalhando o texto da aula passada - contextualizando. Socialização e debate sobre atividade. Leitura para próxima aula: Leitura do texto da coletânea Texto: A HISTÓRIA DA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA de Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues e Elisandra André Maranhão.
13/05/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Processo Histórico e o Conceito de Deficiência, Terminologias. Dinâmica de divisão de grupo – sobre o texto: A HISTÓRIA DA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA Leitura para a próxima aula: Da Exclusão a Inclusão – Contextos Sociais / Peter Mittler Atividade – Dinâmica de separação das duplas – Organograma do texto. Esquema textual.
20/05/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Da Exclusão a Inclusão Discutindo o texto da aula anterior. Aula expositiva – slides Organização dos grupos e sorteios dos temas para o seminário Leitura para a Próxima aula: A Linguagem das Deficiências até a criação das Escolas Inclusivas. Texto – Da Linguagem da Deficiência as escolas Inclusivas de Cesar Coll. Leitura do texto
27/05/2022	18:50	22:45	Aula Tema: A Linguagem das Deficiências até a criação das Escolas Inclusivas. Texto – Da Linguagem da Deficiência as escolas Inclusivas de Cesar Coll. Leitura do texto e aula expositiva Vídeo das lutas dos movimentos sociais Leitura para a Próxima aula: Leitura do texto e desenvolvimento do tema: Fundamentos da Educação Inclusiva



03/06/2022	18:50	22:45	Aula <i>Tema</i> : Os Fundamentos da Educação Inclusiva, desenvolvimento do tema. Aula Expositiva sobre esses Fundamentos e legislação da inclusão - Atividade avaliativa: Análise dos textos – Fundamentos da Educação Inclusiva e A legislação sobre inclusão. Apresentação da Política Nacional
10/06/2022	18:50	22:45	Aula de apresentação com atividade síncrona, por meio do Google Meet. Tema: Análise do referencial da Educação Especial e o texto: Inclusão, Cotidiano escolar e políticas públicas: sentidos e perspectivas. Inicializando o Conceito de NEE
11/06/2022	18:50	22:45	Tarefa de casa: Atividade avaliativa – trabalho Individual do texto. Trabalhando o texto: Inclusão, Cotidiano escolar e políticas públicas: sentidos e perspectivas.
<i>Aulas extras</i>			Aulas para preparação do Seminário de NEE. Essas são aulas extras que serão registradas, mas que serão para a organização e preparação dos temas do seminário e para o desenvolvimento da atividade de PCC. (30 horas)
17/06/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Deficiência Física
24/06/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Deficiência Visual
01/07/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Deficiência Auditiva e Surdez
08/07/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Deficiência Múltiplas
15/07/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Deficiência Intelectual
22/07/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE / Altas Habilidades e Superdotação
29/07/2022	18:50	22:45	Aula Tema: Seminários as NEE/TEA Transtorno do Espectro Autista
05/08/2022	18:50	22:45	Aula com atividade assíncrona com material via SIGAA. Tema: Por que falamos de Inclusão? Trabalhando os textos: Por que falamos de Inclusão? / Caminhos Pedagógicos da Inclusão e Caminhos Pedagógicos da Inclusão: Contornos e ultrapassando barreiras. Aula seminário e exposição dos conteúdos fazendo referências as práticas pedagógicas inclusivas observadas no AEE e na vida das pessoas com deficiência entrevistada.
06/08/2022	18:50	22:45	Aula de Encerramento com a avaliação repositiva e fechamento das atividades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Vol. 3.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SEQUEIROS, Leandro. Educar para a solidariedade: projetos para uma nova cultura de relações entre os povos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

WISE, Liz; GLASS, Chris. Trabalhando com Hannah: uma criança especial em uma escola comum. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMPLEMENTAR

BARKLEY, R. A. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH): guia completo para pais, professora e professoras da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ALENCAR, Eunice Soriano de. (Org.). Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. A Integração do Aluno com Deficiência na Rede de Ensino. Brasília: s/d. Vols. I, n e ffl.

_____. Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília, 2002.

_____. Proposta de inclusão de itens ou disciplinas acerca dos portadores de necessidades especiais nos currículos dos cursos de 2º e 3º Graus. Brasília: MEC/SEESP, 1993.

_____. Política Nacional de Educação Especial. Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Educação Especial no Brasil. Série Institucional, Livro 2. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Subsídios para a Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Mental. Série Diretrizes, Livro 5. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro. Série Diretrizes, Livro 11. Brasília: MEC/SEESP, 1995.



_____. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CARVALHO, Rosita Edier. A Nova LDB e a Educação Especial. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CRAIDY, Carmem Maria. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLLI, Fernando Anthero Galvão. (Org.). Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

GENTELI, Pablo (org.) Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. Trad. Vânia P. Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRUICKSHANK, Willian M. & JOHNSON, G. Orville. A Educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre: Globo, 1988.

GARRIDO LANDIVAR, Jesus. Como programar em educação especial. São Paulo: Manole, 1990.

GARCÍA, Jesus Nicasio. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. G. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HOUT, Anne Van; ESTIENNE, Françoise. Dislexia: descrição, avaliação, explicação, tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1997.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais. São Paulo: Papirus, 1995.

KJGRK, Samuel & GALLAGHER, J. James. Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LIBERATI, Wilson Donizeti. O Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários. Brasília: Instituto Brasileiro de Pedagogia Social, 1991.

MACEDO, Lino de. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Egiér. Compreendendo a deficiência mental. Novos Caminhos Educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Menuon, 1997.

_____. Ser ou Estar: eis a questão - explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROHDE, L. A.; BENCLINK, E. B. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: o que é. Como ajudar. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SKLIAR, Carlos (org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação. Porto Alegre: Mediação, 1997.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Local, data.

Vilhena, 25 de março de 2022.

Fernanda Emanuele Souza de Azevedo
SIAPE 2123695

Assinatura da Chefia do DACIE



Regulamentação do processo Avaliativo e da Avaliação Repositiva

RESOLUÇÃO Nº 338, DE 14 DE JULHO DE 2021

Regulamenta o processo de avaliação discente dos cursos de graduação da UNIR - Revoga a Resolução 251/1997/CONSEPE, aprovando o regulamento do processo de avaliação discente dos cursos de graduação da unir:

Art. 1º A avaliação discente nos cursos de graduação da UNIR, nas modalidades presencial e a distância, deve ser preferencialmente de natureza diagnóstica e formativa, considerando as múltiplas metodologias de ensino-aprendizagem e da inovação tecnológica.

§1º A avaliação da aprendizagem deverá realizar-se de forma contínua, ao longo do período letivo, conforme o planejamento das diversas atividades didáticas, levando em consideração as especificidades apresentadas no Projeto Pedagógico do Curso e Plano de Ensino.

§2º Entende-se como período letivo a forma como cada curso organiza a distribuição de seus componentes curriculares, ou seja, em semestres, em módulos ou anualmente.

Art. 2º Os critérios de avaliação discente na UNIR devem ser parte integrante do processo ensino aprendizagem e constituem uma das etapas da formação dos acadêmicos.

§1º As avaliações realizadas devem retornar aos discentes, discutidas e comentadas pelos docentes, de modo que os aprendizes reconheçam os conteúdos, as habilidades e as competências desenvolvidas, bem como tenham condições de avaliar o próprio desempenho.

§2º Os instrumentos avaliativos devem priorizar as formas e procedimentos diversificados que contribuam para o aprendizado do acadêmico e desenvolvam suas capacidades e potencialidades.

Art. 3º Em relação ao processo avaliativo dos discentes, os planos de ensino devem cumprir as seguintes disposições:

I - Devem ser apresentados pelos docentes, antes do início de cada período letivo, para a deliberação dos respectivos Conselhos de Departamento (CONDEP) responsáveis pelo curso;

II - Devem constar de forma explícita como as avaliações serão executadas e os critérios que serão empregados, precedidos ao menos da caracterização, ementa, objetivos, conteúdo programático e bibliografia da disciplina;

III - depois de aprovados pelo CONDEP devem ser inseridos no sistema de gerenciamento acadêmico e discutidos com os discentes no primeiro dia de aula;

IV - Poderão ser ajustados e atualizados depois de discutidos com os discentes, com nova deliberação por parte do CONDEP.

Parágrafo único. Todos os planos de ensino deverão ser publicados nos sítios eletrônicos do departamento acadêmico diretamente vinculado ao curso, discriminando os períodos letivos de oferta do componente curricular.

Art. 4º A nota final deverá ser registrada de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em números inteiros ou em fração decimal de uma casa, como resultado do cálculo de todas as avaliações, conforme descrito no plano de ensino.

Art. 5º O discente deverá obter nota final igual ou superior a 6,0 (seis) para ser considerado aprovado.

Art. 6º A frequência mínima para a aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 7º O discente terá direito a requerer a revisão de qualquer avaliação a qual foi submetido no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contando-se os dias letivos, a partir de sua devolução.

§1º O pedido de revisão da avaliação deverá ser encaminhado ao chefe de departamento acadêmico responsável pelo curso no qual disciplina é ofertada, em cujo requerimento o discente apresentará seus argumentos.



§2º O chefe de departamento terá 48 (quarenta e oito) horas para designar uma banca revisora por meio de Ordem de Serviço, e encaminhar a documentação pertinente para o(a) presidente.

§3º A banca examinadora será constituída por 03 (três) docentes da área de conhecimento avaliada e terá 05 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo.

§4º O discente e o docente envolvidos poderão participar da banca apenas com direito a voz.

§5º Caso não concorde com a revisão o discente poderá recorrer ao CONDEP.

Art. 8º O discente que obtiver nota final inferior a 6,0 (seis) terá direito a uma avaliação repositiva, substituindo a nota de menor valor obtida durante o período letivo.

§1º Os conteúdos avaliados na prova repositiva devem ser os mesmos previstos no plano de ensino.

§2º No momento da divulgação da nota final o docente deverá comunicar o dia e horário da aplicação da avaliação repositiva, caso seja necessária, que deverá ser no mesmo turno de funcionamento do curso, ou agendada em comum acordo com o(s) discente(s).

§3º Considerar-se-á aprovado, após a avaliação repositiva, o discente que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis).

Art. 9º Será atribuída nota zero ao discente que entregar a avaliação em branco ou se ausentar.

Art. 10 A solicitação de segunda chamada em caso de ausência deve ser feita pelo discente no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da aplicação da avaliação.

§1º O encaminhamento da solicitação de segunda chamada deve ser enviado ao chefe do departamento responsável pelo curso que oferta o componente curricular.

§2º O chefe de departamento terá 48 (quarenta e oito) horas para deferir ou indeferir o pedido, com base na legislação vigente, e comunicar aos interessados.

§3º Casos omissos em relação a pedidos de segunda chamada devem ser resolvidos pelo CONDEP, conforme cada situação.

Art. 11 Os processos avaliativos que requerem aplicação especializada, como nos casos de discentes com deficiência, gestantes, puérperas ou convalescentes, devem ser apresentados ao departamento acadêmico responsável pelo curso.

§1º Os requerimentos relacionados ao caput podem ser encaminhados no início do semestre ou quando houver comunicação de nova avaliação, conforme cada situação.

§2º O agendamento das avaliações dentro desse contexto poderá ocorrer em momento distinto, conforme a necessidade, devendo-se considerar as especificidades de acessibilidade e as condições de aplicação.

§3º Essas avaliações podem ocorrer de modo diferenciado quanto ao formato, mas não quanto ao conteúdo, e poderão contar com o acompanhamento de intérpretes, monitores, leitores, bem como outros recursos humanos ou de suporte técnico.

§4º Caso haja informação em tempo hábil, o docente poderá incluir no plano de ensino as ações para atender às questões relacionadas neste artigo.

Art. 12 Os docentes são responsáveis pelo lançamento das informações relacionadas ao processo avaliativo no sistema de gerenciamento acadêmico da UNIR, incluindo o lançamento de notas e faltas.

§1º No Calendário Acadêmico constará as datas limites para o lançamento das notas finais e das frequências dos(as) estudantes.

Art. 13 Nos casos dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Estágios Supervisionados, Atividades Curriculares Complementares e Atividades Curriculares de Extensão, conforme cada situação, a avaliação de aprendizagem deverá obedecer às normas especificadas em regulamento condão no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 14 Os casos omissos serão solucionados pelo CONDEP, conforme competência, ou pela Câmara de Graduação do CONSEA.

Fernanda Emanuele Souza de Aguiar